



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ALFREDINHO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25/11/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realizada no ano de 2015, tendo como objetivo expor e debater dois projetos de lei, sendo um deles o PL 558/2015, do Executivo, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Município de São Paulo, titulares de cargos de provimento efetivo da Administração Direta, suas autarquias e fundações, da Câmara Municipal, do Tribunal de Contas do Município e seus conselheiros; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime próprio de previdência social do Município de São Paulo - RPPS; e autoriza a criação da entidade fechada de previdência complementar do Município de São Paulo – Sampaprev.

Anuncio a presença do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL.

Para compor a Mesa, convidamos a Sra. Marcela Tapajós, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão; e os Srs. Diogo Fiori Ribas, representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; André Luiz Piva, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fernando Rodrigues, do Ipem.

Anuncio a presença da Sra. Mona, representando a ex-Prefeita Luiza Erundina. É um prazer recebê-la nesta audiência pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br no *link* Auditórios On-Line.

Tem a palavra a Sra. Marcela Tapajós, representante da Secretaria Municipal de Gestão.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS - Obrigada. Boa tarde, Exmos. Vereadores. Boa tarde a todos os munícipes servidores aqui presentes.

Hoje venho representando o Secretário Valter Correia. Fomos convocados para esta audiência pública e, mais uma vez, estamos representando a Prefeitura de São Paulo e nos colocando à disposição para o fornecimento de informações e esclarecimentos a respeito

da proposta que vimos apresentando em relação à previdência complementar.

O Superintendente do Iprem vai fazer uma apresentação mais detalhada, mas, rapidamente, quero contextualizar o envio desse PL dentro de um conjunto de medidas que a Secretaria de Gestão, juntamente com o Iprem, vem adotando nessa questão da gestão da previdência do Município. Esse conjunto de medidas está ligado a uma estratégia de dotar a Prefeitura de maior capacidade de fazer a gestão dessa previdência, especialmente em função de um crescimento de despesa que cada vez mais tem sido acelerado.

Isso tem sido motivo de preocupação e fatalmente requer que adotemos medidas para lidar com o crescimento dessa despesa, que é bastante expressiva, especialmente se compararmos com a capacidade de investimento do Município.

Essa é uma questão que, na verdade, todos os entes públicos têm lidado a nível mundial. Não é apenas o Brasil, mas todos aqueles Estados, que de alguma forma estruturaram uma previdência, tiveram que, ao longo do tempo, mudar a forma com que lidam com a gestão dessas previdências de modo geral, tanto para os trabalhadores públicos quanto os privados.

Eis que o nosso Estado adota uma reforma da Previdência para alterar algumas regras em relação aos trabalhadores do serviço público. O Município de São Paulo tem, então, o dever, a obrigação de implementar essa reforma.

Nesse sentido foi gestado esse projeto, ora apresentado à Câmara, da previdência complementar. Como disse no início, temos pensado nessa medida, juntamente com outras, na Secretaria inclusive para dotarmos o próprio Iprem de maior capacidade institucional para fazer essa gestão.

Por isso, paralelamente, temos discutido um projeto de reestruturação do Órgão, que permita ao Iprem fazer uma melhor gestão inclusive da concessão da aposentadoria. Os senhores sabem que hoje existem processos que, apesar de serem concedidas as aposentadorias, ficam tramitando durante longo tempo, anos muitas vezes. Então, fazer a

gestão também da concessão dos benefícios até sua homologação pelo TCM também é outra questão bastante desafiadora. Por isso o Ipem precisa ser dotado de maior capacidade para lidar com isso. Atualmente o Fernando tem liderado esse processo e temos apresentado um conjunto de medidas, dentre as quais está hoje aqui para ser discutida, a da previdência complementar.

Encerro essa introdução, apenas ressaltando a importância desse projeto para o Município de São Paulo.

Então, o Fernando falará melhor a respeito, mas o envio desse projeto foi salutar para que conseguíssemos obter uma nota a fim termos o grau de investimento da cidade de São Paulo. Então, é um projeto extremamente estratégico, de interesse de todos e é por isso que estamos aqui, hoje, para discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Fernando, representante do Ipem.

O SR. FERNANDO RODRIGUES – Bom dia a todas e a todos.

Temos um tempo muito curto, então tentarei ser breve para tentarmos enfrentar os principais aspectos que determinaram, ou que justificam, que o Município de São Paulo, a Administração, venha a debater a necessidade de implementar o modelo de previdência complementar para a geração futura, ou seja, para os novos servidores que ingressarão na Administração Municipal após a aprovação do projeto de lei que se pretende.

Então, Tiago, por favor.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. TIAGO – Então, a análise situacional é importante. Portanto, falaremos a respeito da análise situacional da Previdência, das ações necessárias para enfrentarmos os problemas identificados pela Administração em relação à Previdência; as alternativas que temos estudado dentro da Administração, inclusive o projeto de Previdência Complementar, e as garantias em relação à geração atual de servidores que não será atingida pelas medidas

que estão sendo propostas.

A primeira questão que justifica que tenhamos apresentado uma proposta de previdência complementar é referente à exaustão do atual modelo de financiamento da Previdência dos funcionários públicos do Brasil e, especialmente, do Município de São Paulo. Essa exaustão decorre desse modelo de financiamento que chamamos de modelo de repartição simples ou modelo de caixa. A atual geração, os atuais 70 mil servidores aposentados e 20 mil pensionistas, dependem da arrecadação da contribuição da geração atual de servidores ativos. E vamos perceber que esse modelo, no futuro, ele tende a se agravar na medida em que faltará gente suficiente para bancar a atual geração de ativos.

Então, hoje, verificamos, dentro do Regime de Previdência dos Servidores, um desequilíbrio financeiro. Então, mostrarei para vocês, na verdade, como está a execução do orçamento da Administração. Em 2014, o custo do plano previdenciário alcançou 5,3 bilhões de reais. A contribuição dos servidores foi de 1 bilhão de reais. A contribuição patronal foi de 1,5 bilhão e o Tesouro teve de cobrir um déficit de 2,8 bilhões de reais. Portanto, o custo do Tesouro equivaleu a 81% da despesa previdenciária.

Custo e custeio funcionam, mais ou menos, assim: a contribuição dos 11% dos servidores bancam 21% - 19% em 2014 – do total da despesa previdenciária. A contribuição patronal pagou 30% e o déficit, que é aquilo que o Tesouro teve de bancar adicionalmente às contribuições, foi o equivalente a 52%. Lá na última coluna, vamos perceber que a tendência dessa contribuição é aumentar, segundo as projeções atuariais. Então, começamos, em 2010, em 44% de contribuição do Tesouro para a cobertura do déficit e, em 2020, isso chegará a 64%, com uma tendência crescente.

Então, o estudo atuarial que fizemos, em 2013 e que depois foi reafirmado em 2014 - e o de 2015 aponta para a mesma tendência -, identificamos um déficit de 84 bilhões de reais. Pego todo aquele valor, o equivalente a 2,8 bilhões e projeto em exercício e isso dará os 84 bilhões de reais. É esse o desafio que estamos trazendo para este Plenário debater. Ou seja, a Previdência é uma situação que se discute a geração passada para a geração atual e para a geração futura. Portanto, debater questão previdenciária, no Brasil, significa enfrentar esse problema. Ela está além de uma análise de plano plurianual, está além de uma análise de uma ou duas gerações.

No âmbito da União, as projeções atuariais levam em consideração mais de cem anos. Então, Previdência tem de se discutir nesse nível de responsabilidade. É a maior dívida

que o Município tem. É maior que a dívida que o Município negociou, recentemente, com a União, que era por volta de 64 bilhões. Então, a dívida previdenciária é o principal problema que o Município tem.

Como é que se forma essa dívida? Quando vou fazer um plano de previdência, tenho de levar em consideração três aspectos fundamentais. Quais os benefícios: a base normativa que vou garantir. Quais os riscos sociais que estou cobrindo: aposentadoria por invalidez, pensão decorrente de um acidente de trabalho. Tenho de analisar como funciona a base cadastral de todo mundo: no plano de previdência, preciso saber quantos servidores estão cobertos; quantos são os dependentes; qual a data de nascimento dos filhos; se os filhos têm algum tipo de dependência, algum tipo de invalidez, porque isso afetará o custo do plano de benefícios. Depois, vou utilizar, também, mecanismos de projeção atuarial, vou analisar a questão demográfica e como essa questão afeta o plano de benefícios.

Então, esse quadro é para entendermos qual é o papel que a Previdência tem na vida das pessoas. Muitas vezes, as pessoas só se lembram da Previdência.

Anteontem, eu recebi um servidor que está afastado da municipalidade por um outro órgão, e que está com um problema de contribuição. Ele está próximo da aposentadoria. Está afastado há 15 anos, faltando um ano para se aposentar, e agora que vamos lembrar da previdência. A gente só lembra da previdência no momento em que a gente precisa, que é quando a gente vai se apresentar. E o papel de quem faz a gestão e a administração da questão previdenciária é pensar muito além dessa preocupação somente de aguardar os 30-35 anos de contribuição e chegar lá.

Então aqui estamos demonstrando que a previdência está intimamente ligada à relação e vida familiar do servidor, à sua relação de trabalho e a evolução na carreira, e a previdência acompanha essa vida do servidor, seja quando ingressa no serviço, seja quando acontece algum evento. A previdência está sempre ali: uma gravidez, se acontece um acidente de trabalho. Não é só no momento em que você apresenta que a previdência está presente, pois ela é o seu seguro, é o seguro social que visa garantir, tendo em vista os riscos a que todos estão submetidos. A gente não gosta de falar de envelhecimento, não gostamos de falar sobre morte, mas é uma situação presente na vida das pessoas. E, muitas vezes, a questão previdenciária é postergada porque a gente não gosta de conversar sobre esses assuntos. Não gostamos de conversar sobre problemas de invalidez, gostamos de falar da questão demográfica. Mas a questão previdenciária, para nós, tem que ser algo presente.

Não é só no Município de São Paulo que temos um problema, pois é um problema dos servidores públicos civis e militares do Brasil.

Então temos a informação de quantos ativos e quantos inativos existem. No total da base coberta, são nove milhões de pessoas.

O que chamamos de relação de dependência é o seguinte: no modelo de financiamento da previdência hoje, aquele que é o modelo de caixa, de repartição simples, na verdade, eu arrecado no início do mês, e, no final do mês eu pago o benefício. Esse é o modelo que a gente chama de relação de dependência, pois precisa ter, no mínimo, dois servidores ativos para cada inativo, para garantir um equilíbrio. O ideal seria quatro servidores ativos para cada inativo. Hoje, no Brasil, temos cerca de 1,08 servidores ativos para cada inativo, e com uma tendência de diminuição.

A União, no seu sistema previdenciário, teve, em 2014, 66 bilhões de déficit. Os estados e o Distrito Federal tiveram 43 bilhões de déficit. Nas capitais foram 3,5 bilhões de déficit – só no Município de São Paulo o déficit foi de cerca de 2,8 bilhões. Então, dos 3,5 bilhões de déficit das capitais, o Município de São Paulo é mais de 80%.

Consequência da exaustão do modelo atual de financiamento de previdência: o não equacionamento da dívida previdenciária afeta o grau de investimento da cidade. A não efetividade de política adequada de remuneração, muitas vezes, dos servidores; o comprometimento crescente dos limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece; a impossibilidade de realização de investimentos em áreas prioritárias, com tendência de piorar. Cada vez que eu não enfrente o problema do déficit previdenciário, mais recursos eu utilizo. Se eu tiro do Tesouro para pagar a despesa previdenciária, menos recurso eu tenho para investimento, e isso afeta a própria arrecadação, o que gera uma impossibilidade de manter o equilíbrio do regime próprio de previdência.

A Constituição Federal apregoa, quanto aos regimes previdenciários, que devem ser observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e essa relação foi feita depois da Emenda Constitucional 41, em 2013. Então equilíbrio financeiro é ter recurso financeiro para pagar todas as despesas. Equilíbrio atuarial está no tempo, na previsão que tenho de bancar os benefícios para aquela geração de trabalhadores, eu tenho que projetar receita quanto a despesa também tem que ter o equilíbrio em 75 anos. No nosso caso o desequilíbrio é financeiro, porque eu não tenho recurso suficiente para pagar a despesa nesse exercício e ele é atuarial porque eu projeto toda essa despesa em 75 anos.

Próximo. Quais as alternativas para a resolução do déficit? O financeiro é ter recursos no caixa para bancar. Então todo ano o município vai lá, o Tesouro coloca o recurso. Para o déficit atuarial eu preciso apresentar, segundo o Ministério da Previdência, um plano de amortização dele. Por exemplo, eu posso aumentar, ao invés de 11% do servidor eu posso aumentar para 14%. Essa é uma alternativa e aumento também o valor da contribuição patronal dos entes. Uma outra alternativa é uma segmentação de massa que é eu capitalizar, pegar os recursos que faltam e capitalizar para a geração futura. Isso traz um custo muito grande para o Tesouro, é criar para a geração futura, numa data futura, uma forma de capitalização dos servidores que ingressarem a partir de uma determinada data. Só que isso traz um custo enorme de transição. E a previdência complementar, que ela é opcional e com teto para os novos servidores, objeto do nosso debate.

Próximo. Cenário – só vou falar rapidamente – demográfico. Declínio da taxa de fecundidade no Brasil. Então lá nós tínhamos, nos anos 80, 2,6 filhos por mulher e hoje estamos com um filho e meio, vamos dizer. Essa é uma taxa importante. É esse efeito do problema da fecundidade, segundo alguns demógrafos, neste momento nós deveríamos, mantidas as condições dos anos 70, ter 20 milhões a mais de brasileiros. Então a queda da taxa de fecundidade está afetando a forma do modelo de financiamento da previdência.

Próximo. Por outro lado, está acontecendo uma seguinte situação, dos anos 80 até 2012, dados do IBGE, nós aumentamos a expectativa de vida de 62 anos para 71 em 2012 e com uma tendência de crescimento. Então, ou seja, está nascendo menos gente para financiar a previdência e aqueles que estão aposentados ou que vão se aposentar estão aumentando a expectativa de sobrevida.

Próximo. Então a expectativa de vida está aqui aumentando depois dos anos 80. Aí é quando a pessoa, essa expectativa de sobrevida é quando você se aposenta e você verifica quanto tempo você pode viver depois da aposentadoria, porque isso afeta o custo previdenciário. Na América Latina, o Brasil o envelhecimento crescente. Nos anos 50 nós

tínhamos dois milhões e meio de idosos, hoje são 23 milhões e em 2050 a expectativa é que nós tenhamos 65 milhões de idosos.

Próximo. Então esse contingente acima de 60 anos, segundo os demógrafos e o pessoal que cuida dessa questão, a população economicamente ativa é aquela que tem entre 15 e 65 anos, acima dessa idade eu pressuponho que a pessoa vai estar aposentada e essa é a proporção que nós vamos ter. Essa mudança de expectativa de vida, uma mulher em 1500 com 63 anos e hoje uma mulher de 63 anos. Houve uma mudança no padrão, a medicina está trazendo uma possibilidade de aumento da expectativa da sobrevida e isso vai afetar...

A Medicina está trazendo a possibilidade do aumento da expectativa de sobrevivência, e isso vai afetar. Aqui nós temos a demonstração dessa situação.

No próximo vemos a situação hoje do Município de São Paulo.

No próximo podemos ver que há em torno de 133 mil ativos, e esses números são de 2014, mas posso dizer que são 133 mil ativos, 68 mil aposentados e 23 mil pensionistas, um público coberto de 218 mil pessoas.

Aqui está o aumento de duração, em média, dos benefícios. Nos anos 80, até 88, um benefício previdenciário, em média, durava 10 anos no Município de São Paulo. Em 2015, por cálculo que fizemos, a expectativa dessa duração é de 18 anos. Essa é uma boa notícia, as pessoas estão vivendo mais.

Em 2013, quando entramos no IPREM, 15% do total dos benefícios pagos pelo IPREM eram pensões. Hoje esse número caiu para 12% porque os inativos, os aposentados estão vivendo mais. Então o número de pensionistas está diminuído porque o número de aposentados está aumentando, e como a expectativa de sobrevida aumentou, a representatividade das pensões diminuiu.

Hoje, cerca de 30% dos servidores ganham acima do teto, e quando vamos para os aposentados, eles são 43%, ou seja, há uma evolução na carreira de serviços. E isso é para espelhar o que vai acontecer numa geração futura. Olhando para a atual geração, eu tenho

que projetar a que vai substituir a atual geração de serviços. Então para a geração futura a expectativa é de que até 43% desse potencial vá para a previdência complementar.

Então o novo regime de previdência visa minorar o custo previdenciário e é uma garantia de nível de renda dos serviços da nova geração, ao longo do tempo.

Aqui temos o projeto de lei que institui o novo regime e fixa o teto remuneratório e cria a Sampaprev.

Não vou entrar em detalhes, mas acho que é necessário um debate em relação aos pontos essenciais, mas basicamente a Sampaprev é uma entidade que visa estabelecer um teto remuneratório para a geração futura, somente aos servidores admitidos após a aprovação do projeto de lei, os quais serão elegíveis ao novo modelo de previdência. E é opcional, é facultativo. O plano de benefícios será na modalidade definida. Vai haver contrapartida contributiva dos patrocinadores, quem for empregado público e quiser aderir por opção, pode aderir, só que não terá a contrapartida do patrocinador.

Temos aqui as formas de manutenção da filiação e a forma de perda do vínculo funcional. Se o servidor daqui para o futuro – 2016, 2017 – ingressar no serviço público e depois de dez anos resolver sair da administração, as contribuições que reverterem ao novo regime, ele poderá resgatar as contribuições e poderá portar para uma nova entidade de previdência ou pode fazer autopatrocínio e se manter dentro do modelo de previdência, ou pode optar pelo BPD – Benefício Proporcional Deferido, ou seja, pega o resultado da arrecadação dos valores e pode estabelecer o recebimento de pecúlio no momento em que se aposentar.

O próximo se refere às fontes de recursos previstas no PL, e é a título de adiantamento porque a municipalidade, os órgãos públicos não podem dispor de recursos para uma entidade como a Sampaprev. Ela vai então adiantar 10 milhões de reais e, no futuro, quando forem sendo vertidas as contribuições tanto do servidor quanto da entidade patronal, esses recursos serão deduzidos dos dez milhões adiantados. As fontes serão a contribuição do

participante, a dos patrocinadores e de recursos provenientes de aplicações.

Aqui está o Plano de Benefício e Contribuição Definida. O valor do benefício será calculado e programado de acordo com a reserva matemática, ou seja, para eu enfrentar o problema do fim da solidariedade intergeracional, porque não vai ter servidor no futuro suficientemente para pagar o atual benefício, terei de entrar num modelo de acumulação de reserva. Por isso o benefício vai ser calculado de acordo com esse plano.

Para finalizar, aqui nós temos o modelo, e podemos entrar no detalhe de como se dá a contribuição. E no final há a estrutura organizacional, que é idêntica àquela que é referente à previdência do Estado de São Paulo, o SP Prevcom; e igual ao Funpresp, que é da União.

Aqui está o quadro de Pessoal. Vamos criar uma fundação de caráter público, esse pessoal será regido pela CLT, e é basicamente isso. E todo mundo vai ser admitido por concurso público.

Aqui é a Previdência no Brasil, como ela está? As entidades no Brasil que já tem lei aprovado, estão em amarelo – Bahia, Ceará, Rondônia e Paraná, está faltando Santa Catarina, Piauí que também foi aprovado, Rio de Janeiro e São Paulo também em funcionamento.

Chegamos final: essa é uma nova previdência para os futuros servidores. Estamos prevendo que para a nova geração de servidores, é preciso que façamos uma segmentação. Se eu não separar a geração atual da geração futuro, eu só vou ampliar o problema. Se não for adotada uma medida agora, tem que ser adotada porque a previdência complementar só vai assumir toda responsabilidade de quem ganha acima do teto depois de aproximadamente 30 anos, porque a Prefeitura, em média, contrata de três a cinco mil servidores por ano. Hoje temos 130 mil, então vou demorar de 20 a 25 anos para mudar toda geração de servidores. Não será para essa geração, é para a geração futura. E o modelo que vai nascer, que pretendemos sustentar terá de ser equilibrado e transparente, que é para garantir o nível de renda para os servidores, e é uma responsabilidade social, econômica, financeira e

previdenciária. Não estamos transferindo o problema previdenciário à geração futura, mesmo porque os netos dos trabalhadores não vão pagar o custo previdenciário desta geração porque todos nós sabemos qual é o problema e quais as formas de equacioná-lo.

De modo geral, o modelo de previdência complementar de São Paulo visa chamar à responsabilidade da geração de administradores e servidores da própria Câmara Municipal de São Paulo e da sociedade paulistana no sentido de buscar um modelo sustentável para a geração futura. Na verdade, cada vez que eu postergo a adoção de uma medida como essa, eu aumento o custo previdenciário de transição e esse aumento significa que talvez tenhamos de aumentar o nível de contribuição inclusive a da geração atual. Então para evitar que a gente venha a adotar aumento de alíquota contributiva, seja patronal ou dos servidores, é necessário que haja uma segmentação futura criando um novo modelo, um novo patamar.

Para finalizar é isso aí.

Um grande abraço.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Fernando.

Quero anunciar a presença do Sr. Luiz Barbosa Araújo, Coordenador de Desenvolvimento Econômico da Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todas e todos.

Se eu tivesse sido congelado, e, agora, alguém me acordasse e falasse: “Depois do subsídio, do PLO 03/14, da privatização dos terminais de ônibus que passou aqui, isenção de ISS para as empresas que estão cotidianamente sendo denunciadas nos jornais por corrupção, e, agora, essa aposentadoria complementar”, eu diria que o tucanato não tinha saído da

Prefeitura de São Paulo ainda. (Palmas)

Porque isso para mim não existe outra palavra: é um golpe contra a classe trabalhadora. (Palmas)

Até a fala dos próprios petistas do Rio Grande do Sul, quando o Governador do Estado também quis colocar a aposentadoria complementar, os Parlamentares do PT e do Psol saíram da Assembleia Legislativa por não aceitar esse golpe aos trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Não é possível que uma Administração que fale uma coisa no Rio Grande do Sul venha fazer uma outra coisa na cidade de São Paulo. (Palmas)

Se nós não temos quase dinheiro para aposentadoria, para o IPREM, é de tanta privatização e terceirização, porque já não tem mais funcionário público, porque não têm mais contribuições.

Então, o que querem fazer? Um modelo tucano de governar para destruir os serviços públicos e poder privatizar. (Palmas) É essa mesma linha que a Administração petista vai tomar. É isso que eu estou entendendo.

Então, para mim, não tem nada que justifique uma atitude dessa. A decisão é política. A gente pode justificar aqui com quadros e tabelas.

Por que não se faz uma auditoria da dívida pública como o próprio Fernando falou que houve uma diminuição.

Mas, Fernando, a gente que fez a CPI sobre a dívida pública sabe que essa dívida pública foi um roubo, foi em cima de precatórios que o Pita, na época, majorou valores. Isso tem uma lógica. Só que eu não vejo a Administração empenhada em fazer uma auditoria pública para fazermos uma devassa, para vermos o que já pagamos de juros de dívida por uma questão de roubo. Foi isso mesmo. Essa foi a conclusão da CPI.

Então, tem outras soluções e questões a serem colocadas. Não dá para colocar isso nas costas dos trabalhadores.

O Psol é totalmente contra um projeto como esse aqui na Casa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Chamo para usar a palavra a Sra. Margarida Prado, do Sindesp.

A SRA. MARGARIDA PRADO – Boa tarde, membros da Mesa, dignos Vereadores, Colegas, demais autoridades presentes.

Primeiro, uma correção: eu sou representante da Aprofem que é o Sindicato dos Professores Municipais de São Paulo, mas, neste momento, vou fazer na minha fala em nome do Fórum de Entidades Sindicais do Município, representante dos Servidores Municipais que, de uma forma coletiva deliberou, inclusive, pela solicitação desta audiência pública que só está acontecendo após a nossa solicitação.

Então, não houve debate nenhum com as entidades dos Servidores. (Palmas)

E vou lembrar que tivemos no início de 2013, com a presença do Sr. Prefeito Fernando Haddad, na qual ele se comprometeu a não enviar nenhum projeto de lei a esta Casa sem a devida discussão no SINP, Sistema de Negociação Permanente.

Naquela ocasião, ele também garantiu que acabaria com a política de revisão geral anual da ordem de um centésimo por cento, pois esse deboche de reajuste dos Servidores aconteceu em 2013 e mais nada em 2014 nem 2015 até agora. De fato, ele acabou com a política do 0,001 porque não deu, absolutamente, nada. (Palmas)

Por outra parte, introduziu algo que não combinou conosco, algo que trouxe à revelia que é a remuneração por subsídios e, agora, tivemos conhecimento do PL 558 através do *Diário Oficial*, quando ele foi lido na Casa.

Quer dizer, após ser lido na Casa, ele é publicado em *Diário Oficial*, e foi assim que os Servidores Municipais, por meio de suas entidades, tomaram conhecimento desse PL.

Esse PL – pelo que depreendi da fala do Sr. Fernando – foi muito discutido, não

conosco.

Todo esse debate interno poderia, sim, ter sido feito conosco. Não que fôssemos concordar com tudo o que foi colocado aqui, porque discordamos, inclusive, do ponto de vista técnico, mas não vou falar sobre isso porque tenho um colega que me sucederá e que falará dessa parte. Estou falando da parte política.

Nós temos um Sistema de Negociação Permanente, temos uma pauta unificada de reivindicações, de todas as entidades, que passa, inclusive, pelo final da terceirização dos serviços públicos municipais, e o que vem para a Casa? Ampliação da terceirização.

Então, é esse desrespeito político às entidades que estamos aqui denunciando, Não fosse a nossa solicitação por esta audiência pública nem isso estaria acontecendo aqui agora. Ninguém teria dado a menor satisfação para aqueles principais interessados que são os Servidores atuais, sim, e os futuros, porque nós representamos os Servidores atuais, sem dúvida, mas estaremos, também, com a responsabilidade de representar os futuros Servidores porque nossas entidades, se Deus quiser, nenhuma vai se extinguir nem no médio nem no longo prazo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Margarida.

Chamo, agora, o Sr. Wilson Araújo, do Sindesp.

O SR. WILSON ARAÚJO – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa.

Só queria fazer um esclarecimento: eu sou Auditor Fiscal aposentado, felizmente. E sou Conselheiro Eleito para o Conselho Deliberativo do IPREM, talvez, espero com o voto de uma parte dos senhores.

A Margarida falou que vou fazer uma análise técnica do projeto, mas não é bem

uma análise técnica, são apontamentos sobre aquilo que entendemos que deveria ter sido discutido e que pode ser revisto no projeto e pedimos a atenção dos Srs. Vereadores para esses pontos.

O primeiro é um esclarecimento. Quando a Administração diz que contribuimos só com 11% e que o restante é da Administração, não podemos esquecer que tanto a contribuição da Administração quanto a cobertura da insuficiência vai lançado como despesa de pessoal. Portanto, essa despesa de pessoal é a nossa contribuição direta até acrescida nos nossos 11%, porque como a Margarida falou, nem 0,1% nós estamos tendo.

Então se não estamos tendo reajuste por causa de um crescimento superior da despesa com aposentados e pensionistas, é a nossa contribuição indireta porque não aparece claramente no nosso holerite, mas é nossa contribuição indireta para a Previdência que não é do Governo. É nossa. Até porque se pegarmos a evolução das receitas e despesas nos últimos 11 anos, vamos ver que os mesmos 31% que o próprio Governo põe no demonstrativo da lei de responsabilidade fiscal como despesa de pessoal e inclui a contribuição que a Administração faz para o Iprem, não sai de 31%. Fica em 31; 31,2, etc., mas não sai dessa faixa.

Então o que tem de despesa de pessoal no Município é exatamente aquilo que vem como proporção nos últimos 10, 12 anos. Então se o Governo deixa de fazer investimento não é por culpa dos servidores, mas por culpa de uma política que não leva os interesses da Cidade em consideração e não tem uma contabilidade de custos no Município. Então não dá para debitar isso na conta do servidor.

Muito bem, essa discussão que deveria ter ocorrido não ocorreu, mas poderia ter porque em junho o Tribunal de Contas já apontou que esse assunto estava sendo discutido no âmbito da Administração. Portanto, houve tempo hábil para discutir com as entidades e essa discussão não foi feita.

Agora, passando especificamente para a análise do projeto há outra questão que

não é tocada no projeto. A injustiça cometida com os aposentados e pensionistas sem paridade, que mais uma vez o Governo não corrige. Além de não corrigir os salários do pessoal da ativa, criando reestruturações que nada mais fazem do que repor parcialmente o que já perdemos, os aposentados e pensionistas sem paridade continuam não assistidos nesse projeto.

Além disso, o projeto prevê que o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva são nomeados pelo Executivo. A eleição dos representantes dos servidores só vai ocorrer depois que novos servidores que estiverem nesse regime já estiverem na ativa. Nós todos aqui – como a Margarida falou – somos representantes dos servidores do presente e do futuro, porque as nossas entidades não vão terminar. O Sinesp não vai terminar com a aprovação desse projeto. O Sindsep e a Federação não vão terminar com a aprovação desse projeto.

Então há necessidade de indicação de servidores para o Conselho imediatamente.

Assim que a lei for aprovada, se for aprovada, porque o correto seria retirar para discussão.

Também não há previsão de eleição de nenhum diretor entre os servidores. Como é que uma entidade que vai cuidar de interesse de servidores não tem servidor na Diretoria. O Executivo é que indica. Para completar, porque o correto como disse, é retirar o projeto para discussão, que poderia ter sido feita e não foi, a questão é: temos de trabalhar para que a Previdência do Município seja algo que leve em consideração o interesse da sociedade sim, mas o interesse do servidor também, porque é o servidor que fica, independente dos governos que passam. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Wilson.

Tem a palavra o Sr. Vlamir Lima, do Sindsep.

O SR. VLAMIR LIMA – Boa tarde, companheiros, membros da Mesa, Vereadores.

Deveria haver mais Vereadores participando deste debate, porque é um assunto de interesse

dos trabalhadores da Prefeitura. Esse debate é importante não só para nós, mas para a geração futura, como disse o representante do Ipem, o Sr. Fernando, e o representante da Administração, Sr. Marcelo.

Se o Executivo está tão preocupado com o futuro, deveria começar a discutir com as entidades já. Mas por que não fez isso? Essa é a questão.

Se o Executivo mandou um projeto para esta Casa, é como se já tivesse elaborado isso, mas as entidades não estão acompanhando esse processo de discussão. A gente ouve falar que existe uma dificuldade, um *deficit*, mas o debate, até o momento, não existiu. Acho que é importante a Administração compreender isso.

Reforço, então, a importância da retirada do projeto, porque não dá para aceitar essa discussão.

- Manifestações no recinto.

O SR. VLAMIR LIMA – É importante a gente saber o quanto pesa para a Administração Pública, inclusive a atual, por não realizar concurso público, para a sua previdência. Na apresentação do Fernando, estava incluída a questão da política salarial, e isso impede a contribuição dos servidores e amplia o *deficit*.

Infelizmente, desde 2013 para cá, com a criação da Secretaria de Gestão, quase não há discussão com a Administração, inclusive em relação ao projeto. Desde 2013 estamos falando que precisamos ter uma política salarial e que é necessário mudar a Lei 13.303, mas o Governo só prolonga o debate e não apresenta qualquer proposta de projeto. De repente, aparece o PL 558/15, relativo à Previdência, sem realmente discuti-lo com as entidades.

Todos os dados apresentados aqui pelo Fernando são importantes debater. Agora, temos que debater, mas não com uma faca no pescoço, se vai ser aprovado ou não, se os servidores concordam ou não, e assim por diante.

Insistimos que é importante que o Governo assuma isso.

A proposta quebra o princípio de solidariedade de geração. Existe a preocupação da apresentação da proposta, mas apresentar um suplementar significa que as gerações futuras não vão contribuir para a gente. Este é um ponto que precisamos esclarecer: qual o peso disso? Isso é em virtude dos concursos ou dos salários?

Nós queremos discutir isso, mas este Governo, de gestão política popular, não está aberto à discussão com as entidades e, infelizmente, prefere mandar projetos desse teor para esta Casa sem discutir.

O Sindsep reforça a todas as outras entidades que pede a retirada do projeto. Vamos ao debate!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Floreal Marim, do Sinpeem.

O SR. FLOREAL MARIM – Boa tarde à Mesa, ao Superintendente do Iprem e aos demais senhoras e senhores. Vou abordar algumas questões para pontuar a posição final que o Sinpeem trouxe para este debate.

O primeiro ponto é entender o que está acontecendo. A emenda 20 informa que nós vamos transformar a Previdência para os que contribuem, não só para os que trabalham, porque, no modelo anterior, bastava comprovar o trabalho para ter direito ao benefício.

Muitos de nós conhecem colegas que foram para o INSS, e disseram que isso não traria prejuízo, já que a contribuição é para garantir os que lá estavam. Muitos dos nossos colegas, quando foram ao INSS para “buscar” seu tempo, descobriram que esse “tempo” não existia. Mas não porque não contribuíram, mas porque a empresa onde trabalharam, que

deveria ser fiscalizada, não mandou dinheiro para o INSS, que agora não dá a certidão de tempo de serviço para essas pessoas, que têm que trabalhar por mais tempo. Prejuízo aos servidores e aos trabalhadores.

A emenda 41 aponta claramente uma diferença entre os servidores anteriores e os atuais. Esse malefício cometido anteriormente nós não queremos que se repita com esse projeto ora discutido. Nós entendemos que o servidor atual está preocupado com o futuro servidor, assim como os antes de nós se preocuparam com a nossa condição.

Por conta da emenda 41, em 2005, a Prefeitura de São Paulo apresentou um projeto com o intuito de transformar o antigo Iprem no novo Iprem, ou seja, transformar o Instituto de Pensão no Instituto de Previdência. Naquele momento, nos disseram que nós contribuíamos com 3%, mais 8% da seguridade social – 3% para pensão e 8% para a saúde, que é seguridade social. Atualmente nos está sendo apresentado um projeto que propõe um aumento de contribuição para 11%. Depois vieram com uma nova estratégia: a retirada da contribuição para o hospital. Agora, em relação ao problema de saúde, estão dizendo que gostariam que nós contribuíssemos novamente. Portanto, colocando a conta do problema, que não foi criado pelos trabalhadores, em suas costas. (Palmas)

O SR. FLOREAL MARIM – Quero dizer outra coisa, inclusive me baseando nos *slides* que foram apresentados nesta audiência. No *slide* 25 nos foi apresentada a situação daqueles que têm um valor remuneratório após sua aposentadoria, um número pequeno de trabalhadores que recebem um valor de recursos muito grande. Como não está claro, eu deduzi que alguns trabalhadores recebem mais do que deveriam receber de acordo com a Constituição Federal. Isso precisa ser tocado, porque exatamente esses recursos que vão pelo ralo é que fazem o pagamento de alguns que ganham muito em detrimento de muitos que ganham pouco.

Quero lembrar o exemplo de um *slide* que apresenta o exemplo de uma professora.

E pergunto por que não utilizou o exemplo de outro servidor, de outro órgão, que tem a condição de estar acima do teto, porque esse sim onera os cofres do IPREM? E ele mostra um *slide* muito interessante.

Para concluir, o exemplo da mulher. Devo deduzir que aquela mulher, provavelmente, não trabalha para ter tempo de ter aquela *cútis*, e provavelmente é casada com alguém que tem muito recurso para garantir que ela tenha condições de tratar da sua saúde. Mais ainda, aquela mulher não é uma servidora municipal de São Paulo.

Hoje, no Brasil, temos 1,86 servidores na ativa para bancar os que estão aposentados; e a média ideal seria de quatro, mas o mesmo *slide* apresenta que, nos Municípios, nós temos 4,7. Portanto, entendo que se nós estamos no Município de São Paulo essa conta está batendo. Por que então ter que apresentar esse projeto para, mais uma vez, ser perverso com os servidores municipais?

O Município apresenta essa proposta, conforme foi apresentado, para que possamos ter recursos a serem aplicados na Cidade. O que está sendo feito com as grandes fortunas, que não pagam impostos, ou pagam praticamente zero de impostos? O que está sendo feito com aqueles que boicotam o sistema não contribuindo como deveriam e que poderiam estar garantindo essa questão?

Posição do Sinpeem: Como está no protocolo do Sinep – Sistema de Negociação Permanente – que nenhum projeto seria encaminhado à Casa sem o devido conhecimento dos servidores, das suas entidades representativas, mesmo que as entidades representativas tivessem posição contrária. Mas apresente para as entidades representativas, porque não foi apresentado para as entidades. Portanto, retire esse projeto!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, vamos tomar juntos a decisão. O Vereador Calvo, da Comissão de Justiça, vai abrir e encerrar a audiência da Comissão porque

não haverá quórum. Depois, encerramos a primeira audiência deste PL e abrimos a audiência do PL seguinte. Então peço um pouco de paciência e compreensão para que ele possa abrir a reunião e encerrar, porque assim não precisaremos voltar na semana que vem em outra audiência. Se precisar, faremos, mas assim encerramos a audiência desses dois PLs hoje, em seguida eu passo a palavra ao pessoal da Secretaria.

Tem a palavra o nobre Vereador Calvo.

O SR. CALVO – Antes de mais nada, boa tarde a todos os senhores e senhoras. Quero dizer que eu, como funcionário, também de carreira, concursado há quase 30 anos, só que a minha Secretaria é outra, é de Saúde, mas eu vejo as dificuldades que as subprefeituras estão tendo e é justa a reivindicação dos engenheiros e arquitetos. Então estamos juntos. Agora, todas as quartas-feiras, às 13h, nós temos aqui a reunião, neste espaço, da Comissão a qual sou Presidente, de Saúde, Promoção Social, Trabalho, olha, trabalho, tem alguém de vocês aí, e Mulher. Hoje, na pauta, temos aqui um convidado, o Sr. Rodrigo Otávio Barelli, capitão do Corpo de Bombeiros, que vem justamente pedir, Sr. Presidente e Vereador Toninho Vespoli, vou aproveitar, uma complementação no nosso orçamento para o excelente trabalho que eles fazem. E vai colocar uma coisa interessantíssima que também diz respeito aos engenheiros e arquitetos, porque o Corpo de Bombeiros trabalha junto nas licenças de funcionamento. Então ele estava nos contando, Sr. Presidente, senhores e senhoras engenheiros e arquitetos, doutores que estão aqui, obrigado por essa oportunidade, porém é no meu horário, eu estou aqui também esperando os demais Vereadores. Eu queria dizer o seguinte, ele estava me dizendo que a filosofia do bombeiro brasileiro é da escola norte-americana, não é da europeia, que ele tem o fogo, primeiro ele tem que enfrentar o fogo, primeiro ele adentra ao local com fogo e tudo para menor dano, para poder salvar a vida, ou resgatar um corpo para a família, intacto. Então isso expõe muito a vida deles. Na Europa é diferente, primeiro se diminui o fogo para depois entrar no local para salvar a vida ou resgatar o

corpo. Então são valorosos homens que com essa filosofia de salvar vidas ou preservar corpos em respeito à família. Só que os equipamentos antifogo estão muito ruins e precisam modernizados e para isso precisa de verbas. Por isso que ele veio aqui e eu falei: isso é uma questão de saúde pública também. Agora, Sr. Presidente, S.Exa. que é presidente da Comissão de Justiça, estamos encaminhando hoje todos os projetos para cobater a dengue na cidade de São Paulo, para celeridade e agilidade com a contribuição da Comissão de Saúde, para a gente votar antes do encerramento deste ano legislativo. Estamos colocando em pé de pauta o que cria o Dezembro Vermelho, para a gente começar agora a combater a AIDS porque a AIDS está subindo nas nossas crianças e nos nossos jovens.

Então, Sr. Presidente, é isso que estamos tratando da pauta da Comissão de Saúde e temos uma audiência pública convocada há mais de um mês sobre a violência contra a mulher e aí a gente vai falar também um protocolo que a gente está criando de violência contra a criança e o idoso, que são os extremos da nossa sociedade, mas hoje é da mulher. Já está explicado, já deu uma hora e 15 minutos, que é o tempo regimental. Nós, Vereadores da Comissão de Saúde, quero aqui falara para os senhores e senhoras, porque isso está sendo transmitido, por isso que estou me alongando, não é para cansá-los não, e isso que estou falando tem um motivo. Isso é importante falar de vocês e é importante o que estou fazendo aqui também. É o seguinte, nós, Vereadores da Comissão de Saúde, Vereadores Netinho de Paula, Wadih Mutran, Noemi Nonato, Patrícia Bezerra, que é a nossa Vice-Presidente, Aníbal de Freitas, eu e...

Wadih Mutran, Noemi Nonato. Está aí a nobre Vereadora Noemi Nonato entrando, Patrícia Bezerra, nossa Vice-Presidente, Aníbal de Freitas, eu e Natalini. Nós, sete Vereadores, estamos renunciando, então, ao trabalho aqui – como explanei a V.Exas. -, para fazer outra audiência pública em outro local para que vocês possam vir a bom termo hoje. Então, em respeito a todos, está suspensa a reunião da Comissão de Saúde. Boa Tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Calvo, pela compreensão e pela gentileza. Vamos continuar a nossa audiência pública. Marcela? Fernando? Por favor, utilizem cinco minutos para resposta aos questionamentos e, em seguida, entramos no segundo projeto do dia de hoje.

A SRA. MARCELA – Queria falar, primeiro, que na Secretaria de Gestão temos, por política, fazer a negociação com os servidores. Nós mantemos lá a coordenação do Simpi, recebemos as entidades diariamente para tratar de todas as pautas de reivindicação.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, por favor, peço que respeitem a fala do orador. Ela respeitou todos vocês que falaram, então, até por uma questão de educação, peço respeitá-la também.

A SRA. MARCELA – Continuando: temos, por política, na mesa de negociação, buscar consolidar os nossos acordos e encaminhar esses acordos e as medidas que são fruto deles. Algumas são por meio de projetos de lei, outras por decreto, e outras ainda por outras medidas. Essas é a praxe que buscamos.

Infelizmente, ou felizmente, é da natureza do debate que, por vezes, não conseguimos alcançar esse almejado acordo. Às vezes, as partes têm posições difíceis de abandonar e isso inviabiliza o acordo. O Executivo tem o papel de fazer a gestão, para governar e, muitas vezes, isso implica encaminhar algumas medidas mesmo não tendo acordo. Recentemente, tivemos outro exemplo disso, mas não nos furtamos ao debate.

Estamos aqui, hoje, para tratar dessa questão da Previdência. Não vou tomar muito o tempo, porque o Fernando tem bastante coisa para responder, mas nós podemos também

marcar um desdobramento disso na negociação, na mesa do Simpi. E isso já tínhamos falado na última agenda que tivemos. Inclusive, quando estivemos falando com as entidades foi, justamente, para tratar da demanda da lei salarial. Temos outra reunião prevista, inclusive, na semana que vem e podemos, também, combinar outra agenda para discutir especificamente essa questão da Previdência, como dissemos, no início, a apresentação do Fernando coloca bem a necessidade de fazermos esse enfrentamento. A questão da Previdência tem de ser enfrentada.

Acho que os números que o Fernando trouxe em relação ao déficit da Previdência do Município de São Paulo nos impõe que saíamos da inércia e adotemos uma medida. Vou pedir, então, ao Fernando para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado. Passo a palavra ao Sr. _____
Fernando, do Iprem.

O SR. FERNANDO – Primeiro, gostaria de dizer que trabalho com esse debate de Previdência há muito tempo, participei dos debates desde a época da Constituinte. Estive lá debatendo todo o capítulo social, participei das discussões e da evolução desse tema no nosso país.

Vamos enfrentar, com todo o respeito, as opiniões colocadas, mas, em primeiro lugar, o tema está posto. Pela primeira vez na história desta municipalidade, foi publicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, o valor dos 84 bilhões de déficit. Na Lei Orçamentária LDO de 2014 nós publicamos e utilizamos, como medida de transparência, informar ao servidor, nos seus fóruns e, inclusive, dentro dos conselhos. Então a informação do déficit previdenciário foi feita com muita naturalidade, sem expor o servidor público e demonstrando que o modelo de Previdência é falido, ou de colocar o servidor público perante a sociedade, e isso é importante colocar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Sabe o que é? Isso é um debate, e então cabe às pessoas ouvir, se quiserem manifestar-se ao contrário, têm o direito, mas, por favor, ao final da fala de quem está com a palavra. Bem democrático. Por favor, continue Fernando.

O SR. FERNANDO – Então, é isso mesmo. Nós apresentamos, em 2014, e expusemos que o Município tem um déficit, a Previdência do Município tem um déficit de 84 bilhões.

Apresentamos dentro dos conselhos e o projeto de lei foi encaminhado posteriormente, mas as alternativas sempre foram colocadas porque são conhecidas de todo mundo. O Ministério da Previdência estabelece quais são as alternativas para equacionamento dos déficits.

Em segundo lugar, o exemplo que foi dado aqui, do Rio Grande do Sul, é importante. A despesa de pessoal do Rio Grande do Sul é mais de 80% de sua receita corrente líquida. Se considerarmos os aposentados, ultrapassa 110%. Só que, recentemente, vimos que o Rio Grande do Sul sequer estava pagando a remuneração dos seus servidores, fossem ativos, ou aposentados.

Mais recentemente, tivemos um exemplo, está na constituição grega que não é permitido redução de benefício e nem redução de salários, e lá, na Grécia, houve enfrentamento. Inclusive, agora, na Espanha, houve outro enfrentamento.

Mas, vejam, o debate que estamos fazendo, fora o debate de que o projeto é antes ou depois, acho que é importante discutir também. A questão de fundo, e podíamos fechar os olhos para a questão que foi colocada, mas é uma grande responsabilidade com a geração atual, e com a futura, o debate desse tema. Ainda, estamos aqui discutindo o tema e também debatendo alternativas. Muitos, lá na frente, lá no futuro, talvez, não tenhamos outra alternativa

que não seja a pior medida, ou seja, a redução e perda de direitos. Na proposta apresentada aqui, não há redução, nem perda de direitos. Em primeiro lugar, é isso que era importante.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO – Posso concluir, pessoal? (Pausa) Eu respeito a opinião de todos, já ouvir todos falarem, gostaria, então, de colocar essa informação: primeiro, que o déficit é conhecido desde 2013 – 2014 por todos. Segundo, nenhum modelo de previdência que foi adotado recentemente – e expliquei que a União adotou a previdência complementar, o Estado de São Paulo também adotou a previdência complementar, aliás, várias unidades da Federação a adotaram também.

Outra coisa, quando falei da relação de beneficiários, 1,8 é o mesmo do Município de São Paulo. Os outros municípios, os mais novos, têm uma relação melhor. Então não é necessário implementar a previdência complementar no município, por exemplo, de Palmas, porque, lá, tem uma quantidade nova de servidores e uma quantidade recente de servidores. É um município que tem uma relação de quatro servidores ativos para cada inativo.

No Município de São Paulo, temos menos 1,8 servidores, mesmo que se contratássemos dez ou 15 mil servidores a mais, ainda assim essa relação não mudaria.

Há algo importante ainda para dizer: a reforma previdenciária que aconteceu em 2003 e, no voto, gostaria que todo mundo atentasse, houve um voto no Supremo Tribunal em relação àquela reforma previdência e o Ministro Peluzzo tem um importante voto que balizou, inclusive, a posição do Supremo em relação ao tema: no direito adquirido, não se mexe. Em relação a modelos previdenciários que demoram 30 ou 40 anos para que sejam efetivadas, elas têm de ser feitas com uma transição.

Na proposta que está sendo apresentada aqui, o que está sendo proposto é um modelo que não traz ônus para a geração atual. Possibilita ainda para a geração futura que ela

programe a sua forma de benefício. Se mantivermos o atual modelo deficitário sem apresentar uma alternativa para a próxima geração, no futuro, os atuais aposentados – e aqueles que estão em via de se aposentar – poderão ser prejudicados porque a tendência do déficit é aumentar.

Portanto, eu respeito a opinião que foi colocada. Repito que a informação foi trazida. Pode ser que o projeto de lei ter entrado em um ou outro detalhe, mas esse projeto de lei não traz novidade. Não é diferente daquele da União. Ele já é conhecido. O modelo de previdência complementar é conhecido. Não tem nenhuma pegadinha. É um modelo já estabelecido. É importante que o servidor estabeleça e é para a geração futura.

Estamos aqui, abertos, para enfrentar o debate. Aquele que quiser enfrentar o debate – e eu aceito fazer o discurso -, devemos discutir qual o modelo de previdência sustentável para o Município de São Paulo. Muito obrigado.

- Manifestação na plateia. (“Retira. Retira”)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Aqui não é do jeito que a senhora quer. Existem regras que temos de cumprir. Vamos encerrar a audiência pública do PL 558.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Se precisar fazer uma outra audiência, faremos. Mas o que foi combinado, foi cumprido. É que temos outro projeto.

Então, essa presidência dá por encerrada a audiência pública do PL 558 e declara abertos os trabalhos da audiência pública do PL 455, também do Executivo, introduz alterações nos artigos 1º e 7º da Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais.

Para fazer parte da Mesa, convido as Sras. e os Srs.: Diogo Fiore Vidas, representante da Secretaria do Verde e André Luiz Piva, da SMDE. (Pausa) Estão presentes?

Consulto se há ainda mais algum representante do Governo. (Pausa)

Peço a compreensão a todos, pois estamos confirmando presenças, agradeço o silêncio, e quem ainda quiser debater sobre o projeto anterior, podem conversar lá fora, que os oradores ainda estão presentes. Obrigado.

Quero ainda dizer que o representante do Governo que estava aqui, teve de sair às pressas, pois a mão dele teve um problema de saúde. Então, não havendo representantes do Governo, vou manter as inscrições do pessoal que representa o funcionalismo. Há três inscrições.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Mesmo não tendo representantes do Governo, vamos respeitar as inscrições feitas, mantê-las e continuar os trabalhos.

O primeiro inscrito é o Sr. Sérgio Antiqueira, do Sindisep, por favor, com a palavra.

O SR. SÉRGIO – Vou até controlar meu tempo para saber o quanto falei. Primeiro, agradeço a oportunidade ao Vereador Alfredinho, saúdo os Vereadores presentes, Toninho Vespoli, Cumprimento os servidores presentes.

Achei que a Sra. Marcela ficaria e daí faria uma pergunta. Ela disse que não é a Secretaria de Gestão que apresentou esse PL 455. Mas o primeiro esclarecimento, a primeira coisa que temos de descobrir, é de onde partiu a ideia desse projeto, pois se não partiu da Secretaria de Gestão Pública essa questão das OSs, quem responde, ou não responde, por isso? Então é muito estranho esse posicionamento.

Mas, viemos aqui hoje não só para falar do PL 455, mas, sim, começarmos a expor à população da cidade de São Paulo que é essa mesma população que precisa de serviços

públicos.

Ela precisa de escola, de hospital, unidade de saúde, combate à zoonose, ela precisa de cultura, ela precisa de esportes, ela precisa de política de meio ambiente, ela precisa das subprefeituras para as coisas funcionarem na Cidade, ela precisa de política pública e a gente saber que ela não tem em quantidade suficiente e nem em quantidade suficiente. Não tem porque não tem servidor público para prestar esse serviço e não tem esse servidor público para prestar esse serviço porque a gente tem uma política ao longo de 20 anos e ninguém mudou essa política, que é uma política salarial que faz congelamento de salários, perda ao longo do tempo e redução de gasto com funcionalismo. Mas o que tem a ver com o PL 455? E é isso que a gente precisa esclarecer para a população, que quando a gente faz essa política salarial ela é intencional, essa política salarial de você reduzir salário ao longo do tempo, que a inflação come, de você reduzir o gasto com funcionalismo, ela é intencional porque é para sobrar dinheiro para terceirizar e gastar com OS. (Palmas) A população precisa saber que o dinheiro dela, o dinheiro que vem dos impostos, que deveria voltar para o serviço público ele pega outro caminho e não vai para pagar servidor, nem para aumentar qualidade. Esse dinheiro vai para o setor terceirizado, vai para organizações sociais que a população não tem condições de fazer controle social daquilo. Não se sabe se aquilo que eles disseram que gastaram eles gastaram com aquilo que disseram. Não se sabe os salários que se aplicam lá. O nosso está lá no Portal da Transparência, o nosso tem transparência, da para se saber o gasto que se tem funcionalismo público. A população precisa saber que esse dinheiro que quando sai, quando vai para o setor privado, é ali que se perde, o prato cheio para corrupção é quando ele sai do setor público e vai para o setor privado. Nesse nó de caminho que ele se perde. Uma parte chega no serviço e outra parte se desvia.

Então a gente está dizendo isso porque a gente vai daqui para frente, aqui na Câmara é o lugar certo para que a população tome conhecimento, porque os Vereadores tem que ajudar a gente a pressionar o Prefeito, primeiro, para retirar esse projeto 455; segundo,

Vereadores, ele já foi votado e passou em três Comissões. Em hipótese votar nesse projeto a favor, se for votar, votar contra, porque se não a população tem que saber quem apoia a população e quem não apoia. (Palmas) Por fim, pedir para o Prefeito e cobrar dele, que a gente está há três anos tentando negociar – pena que a Marcela não está aqui – esse projeto de lei de mudança da lei salarial, que essa é a porta de caminho para OS, para reduzir funcionalismo. Então pedir apoio total aos Vereadores para que o Prefeito negocie e cumpra com compromisso de campanha de 2012 e ano passado, durante a greve assinou um protocolo dizendo que este ano vinha um projeto de lei para cá. Não tem projeto, as entidades estão aguardando, dia 1º é mais uma reunião para empurrar com a barriga, e a Marcela já disse que é para discutir no ano que vem. Quando? Quando os Vereadores estiverem em campanha eleitoral? Então a gente não aceita isso. É agora que a gente quer discutir, no máximo até fevereiro tem que estar com a lei aprovada nesta Casa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Antonio Carlos Lima, também do Sindissep.

O SR. ANTONIO CARLOS LIMA – Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, quero parabenizar o Vereador Alfredinho e o Vereador Toninho, que acataram a solicitação da nossa audiência para tratar dessas duas questões. Eu coloco das duas questões, não estou trazendo de volta o debate do outro, porque os dois PLs se completam. É uma questão tão casada, que parece uma coisa de maluco. É verdade. Agora o deixa a gente muito mais, vamos dizer, zangado mesmo, vamos para o popular, é que como o Executivo manda um projeto para o parlamento e não discute com as entidades; e as entidades solicitam uma audiência pública e o Executivo não manda um representante para a audiência pública?

Então, assim fica difícil até eu fazer posicionamento e debate, porque todos que

estão aqui já conhecem qual é a posição do Sindsep e qual é a posição das entidades que compõem o fórum, com relação a esses dois PLs. Fica difícil a gente ficar falando para nós. Os iguais já sabem qual é a posição. Nós queremos aqui fazer o debate com os diferentes. Queremos trazer aqui o debate com os diferentes, para tratarmos as diferenças, porque quando a gente trata com os diferentes, eles podem ser iguais, a partir de um debate democrático. A partir de uma discussão de posições, a gente pode chegar a um consenso, agora fica difícil o Executivo mandar um projeto para a Casa e não debater com as entidades, e furta-se do debate, manda para o parlamento, faz uma audiência pública e ele não comparece. Só nos resta pedir ao Sr. Presidente da comissão que nos dê o direito de fazer o debate. Digam ao Executivo que nós somos contra os dois PLs, digam que retire e os leve para a discussão pública. Não dá para pegar o dinheiro público e ficar brincando de fazer gestão. (Palmas)

Sabemos que foi muito claro o companheiro aqui do Executivo, que disse: “O modelo de gestão da direta não dá mais certo”. OK. E o modelo de gestão pública, que passa à gestão para o parceiro, que, desde o início dessa gestão, está colocado em prática? Colocaram 18 editais. Só duas assumiram, que foram Parelheiros e Capela do Socorro, com um novo modelo de gestão. Até hoje, o modelo antigo, que era parceria e convênio, continua sendo renovado a cada três ou quatro meses, porque o atual modelo, que dizem ser o de eficiência, não conseguiu se implantar. Então, assim, qual é o modelo de gestão que este Prefeito está propondo para a Cidade e está propondo para os trabalhadores? Venha dizer para os trabalhadores qual é o modelo. Nós sabemos qual é o modelo. É concurso público, é condição de a gente poder ter uma aposentadoria. Não é propondo uma capitalização como modelo de aposentadoria. É uma capitalização. Eu posso fazer a minha capitalização. É o que está sendo proposto nesse projeto. Não é o modelo de aposentadoria.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado.

Anuncio a presença dos representantes do Sindilex.

Tem a palavra o Sr. Felipe Torres.

O SR. FELIPE TORRES – Continuo filiado ao Sindsep, mas estou falando pela Anis. Nós estamos às vésperas de mais um processo eleitoral. Então, eu fiz questão aqui de trazer as palavras do nosso prefeito, Sr. Fernando Haddad, quando ainda era candidato, em outubro de 2012. Vejam que, nesse caso, não foram as entidades que foram procurar o Sr. Prefeito. Foi o Sr. Prefeito que foi procurar as entidades. Isso está registrado. Foi referido aqui. Diz S.Exa. sobre a lei salarial. A lei salarial precisa ser reformulada, com a representação dos trabalhadores, pois não há nenhuma garantia de reposição de perdas, o que permite aos Srs. Serra e Kassab imporem reajustes consecutivos de 0,01%. Então, vejam quando o Sr. Prefeito era candidato, já sabia da perversidade da lei salarial. Muito bem, da lei salarial que não existe. O que nós escutamos há semanas dos negociadores do Governo que estavam aqui e se retiraram? Que a gente pode fazer a discussão da lei salarial, quiçá depois das eleições. Muito bem, esse foi o compromisso assumido pelo Sr. Prefeito. Diz S.Exa. ainda a respeito, em outubro de 2002: “Identificamos a necessidade de fortalecimento do sistema de negociação permanente, Sinp”. Muito bem, a gente pode ver, por essa manifestação, que o Sr. Prefeito, até agora - não mostra intenção disso - não cumpriu a única promessa. Não é só promessa, é um direito elementar e constitucional do servidor público, que é o direito à revisão salarial inflacionária. (Palmas)

Em compensação, o nosso Prefeito trouxe para nós um verdadeiro pacote de maldades, um combo de maldades. Esse combo de maldades têm, pelo menos, três componentes. Dois deles estão sendo debatidos aqui hoje, o PLO 03, que instituiu o subsídio, que impõe o subsídio na Lei Orgânica; o PL 558, que instituiu teto à aposentadoria e o PL 455, que amplia as terceirizações. Muito bem, quando o Sr. Prefeito prometeu que ia fazer isso?

Quando S.Exa. procurou os trabalhadores, para dizer que ia fazer essas maldades, essa verdadeira engenharia e arquitetura de destruição? O que está em caos aqui não é nada menos do que a liquidação do serviço público de carreira. (Palmas)

É por isso que o projeto das terceirizações faz todo sentido. Alguém que ingresse hoje no funcionalismo municipal não tem mais nenhuma vantagem de carreira. Não tem quinquênio, não tem sexta-parte e não incorpora mais nada. Alguém que entra no serviço público hoje, pela vontade do Governo, perde o seu direito integralmente, totalmente à paridade e à integralidade. Alguém que entra no serviço público hoje não tem reajuste; tem o seu salário congelado. Oras, a quem serve isso, senão justamente à terceirização? É uma inverdade o que o representante do Governo falou aqui, quando disse primeiro que se dispõe ao debate. Não se fortalece o Sinp simplesmente se negando ao debate de questões cruciais que têm a ver exatamente com o futuro de todos nós. É uma grande mentira também o que foi dito em relação aos aposentados. Não só os aposentados futuros vão ser gravemente prejudicados, tendo que pagar toda essa conta, mas também os aposentados atuais, pelos planos que foram aprovados na Saúde, na Educação e nas carreiras da Administração. Tiveram a sua paridade e a sua integralidade quebrada. (Palmas)

Então, para concluir, vou renovar o pedido: sim, pedir para quem? Mas, enfim, onde estejam os representantes do Governo, que deveriam estar aqui, retirem o projeto. Se não retirarem, esta Casa, os Vereadores podem sim lembrar o Sr. Prefeito de cumprir aquilo que prometeu, faça a lei salarial, mas desfaça aquilo que não prometeu. Esta Casa pode fazer isso. Ela pode não votar esses projetos e é isso que pedimos aos Srs. Vereadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Sr. Felipe. Tem a palavra o Sr. Paulo Soares, de Zoonoses.

O SR. PAULO SOARES – Boa tarde a todos. Boa tarde, Srs. Vereadores. Gostaria

de lembrar algo muito importante em relação às Organizações Sociais, que são uma forma de terceirização.

Este ano, tivemos a Conferência Municipal da Saúde, da qual tive o prazer de participar. Nela, todos que participamos, debatemos moções de repúdio ao projeto de lei 4330, que dispõe sobre a terceirização dos serviços em todo o Brasil.

A partir do momento em que uma Conferência de Saúde, em que há servidores da Saúde e usuários, é contra a terceirização, o Município não pode ser a favor da Organização Social, que é uma forma de terceirização. (Palmas)

Tudo o que terceiriza, pegando o gancho do que o Sérgio falou, acaba desviando dinheiro do servidor público, que está para servir a população. O Governo está virando as costas para esses servidores. Não adianta fazer reestruturação de cargos e carreiras, não adianta nada disso.

Pegando o gancho também do que o companheiro acabou de falar, o Sr. Prefeito Fernando Haddad, quando assumiu a Prefeitura, disse que nenhum servidor público ia ter perda salarial em seu mandato. Não estou vendo isso, porque estou vendo uma faixa ali do Sindsep, há dois anos e meio os Engenheiros e Arquitetos estão negociando e não têm nada. Ou seja, todo esse tempo de perda para esses profissionais, que são servidores públicos. Na Saúde houve o subsídio que, a princípio, não terá perdas, mas se não houver mudança na lei salarial, no futuro, todos que foram a favor do subsídio, como eu que vim a esta Casa lutar pela sua aprovação, vão ter perda salarial.

A lei salarial que o Governo protocolou duas vezes se comprometendo a fazer a mudança, até agora o Governo não se mexeu e está empurrando com a barriga. Quando a Sra. Marcela falou que nas discussões se senta, negocia e conversa, vejo que o Governo não é flexível no que propõe: é desse jeito, é desse jeito... Ele não escuta o servidor público.

Por isso gostaria que os Vereadores repudiassem, fossem contra e votassem contra esse projeto para que possamos sim fazer uma reestruturação para o servidor público

através de concurso para todas as áreas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Dorvalina Soares, da Anis. O que é Anis?

A SRA. DORVALINA SOARES – É Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – O Vereador Toninho Vespoli e eu estávamos tentando traduzir a sigla e não conseguimos. Agora está bom, obrigado.

A SRA. DURVALINA SOARES - Primeiro quero dizer que me sinto muito constrangida. Realmente não sei bem o que fazer por ainda estar viva. Porque as falas do Governo foram muito claras e contundentes nesse sentido.

Sou aposentada há cerca de um ano, pela Prefeitura de São Paulo.

Puxa vida, gente, não morri ainda. E nem pretendo tão cedo.

- Manifestação na plateia.

A SRA. DURVALINA SOARES - Vão me aguentar aqui sim. Eu sou uma servidora pública, lutei a minha vida inteira pela causa pública nesta cidade e não vai ser qualquer um que vem aqui agora e diz: “Poxa, esse povo não morre; 63 anos, com corpinho de modelo.”. O que é isso? Ah, vai se catar.

E mais, nós queremos negociar sim, sempre. O SINP é uma conquista nossa. Eu não quero cafezinho e tapa nas cotas não. Não vem com história. Isso não é negociação. Recebe a gente todos os dias e para um projeto fica gerando dois anos, sem falar com

ninguém. Que negócio é esse. O que vocês estão pensando? Não é assim não.

A vida, meu filho, é dura. Não é o que você está pensando. Nós, que somos mais velhos sim. Nós que já aposentamos, conquistamos um direito, depois de muitos anos, de todos os pedágios, de tudo o que o neoliberalismo nos inventou. (Palmas) Nós sobrevivemos.

Nós pegamos um país, uma cidade, que tinha outra condição econômica e social. Se ele está assim, isso é obra nossa também. Não venha aqui, (Palmas) nessa torcida ridícula pela nossa morte, não. Porque não estamos interessados. Nós não estamos do mesmo lado. (Palmas) Você não me interessa, me interessa a negociação.

Vamos aos nossos lindos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Um minuto.

A SRA. DURVALINA SOARES - Aqui foi dito que o modelo está falido. Desculpe, discordo absolutamente. Não tem modelo falido, o que está faltando é retroalimentação. Se nós terceirizamos cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais, como é que vamos ter base sim para cumprir com aquilo que nos prometeram? (Palmas)

Sim, porque me prometeram. Eu entrei nesta Prefeitura há 35 anos. Bem formada, bem qualificada, bem classificada em concurso público, etc. Foi-me prometido sim que eu teria aposentadoria integral. Cadê a minha aposentadoria integral? Foi para o espaço com a porcária do subsídio? Desculpem. É verdade.

Projeto em cima de projeto, a gente não tem nada de mais significativo. Nós ficamos numa situação absurda de 0,01 - opa não é mais 0,01, gente - novidade, agora é 0,00. E aí nós somos forçados a aceitar qualquer coisa que apareça, porque temos responsabilidades, temos que cuidar de nós e da nossa família.

Nessa situação em que o nosso salário só cai, só é comido pela inflação, não temos outra saída. É isso que estamos gritando há anos nesta Casa. Não é possível continuar

desta maneira.

Uma questãozinha sobre o Sampaprev. Como assim? Vamos ter uma Sampaprev, todos nós podemos entrar, é facultado, que não tem representação dos servidores. Isso demonstra claramente qual é a intenção de negociação e de nos ouvir. Nós não temos nem assento. O que é isso? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Concluindo.

A SRA. DURVALINA SOARES - Finalizando, eu pergunto: OSs, para quem? Quem pediu? A quem serve? Quem prometeu? Para que, gente? OS em todas as áreas? O que é isso? Para mim, desculpe, é atestado de incompetência. Eu não posso, não consigo gerir, não tenho propostas, não tenho projetos...

- Manifestação na galeria.

A SRA. DURVALINA SOARES - Então eu entrego para a iniciativa privada. Vergonha, vergonha, vergonha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Obrigado. Muito obrigado D. Durvalina.

Dois minutos, tenho que encerrar, de fato, porque temos a reunião da Comissão de Justiça em seguida. Precisa encerrar de fato.

O SR. MARCOS – Meu nome é Marcos, sou do Sindilex, represento os servidores da Câmara e do Tribunal de Contas. Até por isso estou aqui, por causa desses dois minutos. Não tem cabimento fazer uma discussão que vai afetar a vida de todo mundo, para discutir em dois minutos. Cadê o Município? Cadê o Executivo? (Palmas) O Executivo não está aqui.

Vou falar em dois minutos.

Nós não temos representação na Dataprev. Tem algum servidor ali? Não tem servidor. Não tem cabimento. Por conta dessa série de incongruências, vim aqui só para isso, para pedir uma nova audiência, com a presença do Executivo e que se abra o diálogo. Que a gente possa se manifestar cinco, 10, 15 minutos, o tempo que for. Não tem cabimento em dois minutos tentar dirimir algo que afeta todo mundo e vai definir a vida, a aposentadoria, ou o que resta da vida – como alguém falou aqui – dos servidores que são o motor do serviço público.

Nós temos que ter consciência que o serviço público é de vital importância e o cidadão não tem essa noção, não tem essa consciência, porque a nossa voz é limitada em dois minutos.

Uma nova audiência fica consignada. Nós vamos formalizar, mas fica consignada a necessidade de uma nova audiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Muito obrigado, Marcos.

O SR. TONINHO PAIVA - Pela ordem, Presidente, o senhor poderia dar-me um minuto para eu colocar uma questão sobre esse PL?

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Um minuto. Para eu abrir a minha reunião lá embaixo.

O SR. TONINHO PAIVA - Esse PL entrou na Casa na época do Serra. O Serra colocou as OSs para Saúde, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. As entidades combatidas conseguiram fazer um debate muito forte na Câmara Municipal, inclusive os Vereadores do PT eram o pilar disso, conseguiram que naquela época fossem retiradas e só ficassem na Saúde.

Depois veio o Kassab, colocou outro PL que incluiu Cultura e Esporte. Agora, o Haddad está colocando para Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, retornando o projeto original do Serra.

O que têm demonstrado as OSs na Saúde, quem fala não sou eu, do PSOL, é o Tribunal de Contas do Município, que isso não tem controle, é um poço sem fundo de dinheiro. Vários serviços estão sendo pagos sem ser executados. (Palmas)

Eu acho que várias dessas entidades financiam campanhas políticas.

- Manifestação da plateia.

O SR. TONINHO PAIVA - É inadmissível um negócio desses. Tudo isso faz parte desse projeto que começou lá atrás, na Emenda Constitucional do Fernando Henrique, quando colocou subsídio no País. Subsídio, terceirização, precarização, acabar com aposentadoria, tudo isso faz parte de um plano que não precisa mais ter servidor público.

Não é por acaso que não há concurso público mais, é para isso, para terceirizar. A luta tem que ser global, a luta tem que ser para um estado que realmente seja o condutor das políticas públicas e não essas entidades que só fazem encher o bolso.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Obrigado a todos que compareceram.

Encerrada a audiência do PL 455.